



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2020

ARP nº. 20/2020

PROCESSO nº. 0000420-79.2019.6.22.8000 - SEI

Pregão Eletrônico nº. 14/2020

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **21.997.155/0001-14**, com sede SHCGN CR, Quadra 702/703, s/n, Bloco 'A', Loja 47, Parte GL, ASA NORTE, Brasília-DF. CEP: 70.720-610. Telefone(s): (61) 3968-9911 e E-mail(s): licitacao@vixbot.com.br, neste ato representada pela senhora **MARINA NOVA DA COSTA MENDES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.117.819/SSP-DF e CPF nº. 007.399.241-09, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	Descrição	Unid	Quant	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
01	Item 2 do Edital. 2. TABLET 3. Processador Octa core 1.8, 1.6 GHz ou superior; 4. Sistema operacional Android; 5. Tela 10.1"; 6. Resolução Mínima 1920x1200 (WUXGA) 7. Memória RAM mínima de 2GB 8. Memória interna	Unid	35	1.790,00	62.650,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(ROM) 32GB Suporte ao Cartão de Memória MicroSD; 9. Rede/ Bandas: 2G GSM, 3G UMTS, 4G FDD LTE; 10. Conectividade: ANT+, USB2.0, GPS, Glonass, Beidou, Galileo, Conector de fone de ouvido 3.5 (Padrão P2), Wi-fi 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80, Wifi Direct, Bluetooth v5.0(LE até 2 Mbps), Perfis de Bluetooth A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP, PC Sync Smart Switch (versão para PC); 11. Câmera traseira 8.0 MP com foco automático, resolução-gravação de vídeos FHD (1920x1080) @30fps. Câmera frontal 5.0 MP; 12. Bateria 6150 mAh; 13. Fone de ouvido 14. Carregador; 15. Cabo USB.de conexão da interface de sincronismo com microcomputadores; 16. Obs: Referência Samsung Galaxy Tab A10.1 (4G) SM-T515NZSLZTO ou Superior. Garantia de 24(vinte e quatro) meses. On site. Marca: Samsung.				
Valor Total da ARP (R\$)				62.650,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Os equipamentos deverão ser entregues no Depósito de equipamentos da STI do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, na Av. Presidente Dutra, 1889, Anexo II – Bairro Baixa União, Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento pelo(s) telefone(s) 69 3211-2003 e 3211-2043, bem como e-mail cosupue@tre-ro.jus.br .



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão desta ARP ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas (COSUPUE) e a fiscalização ficará a cargo do titular da Seção de Suporte Especializado (SESUE), ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas no art. 27 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, em suas ausências.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 28 de maio de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	MARINA NOVA DA COSTA MENDES Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/05/2020, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARINA NOVA DA COSTA MENDES, Usuário Externo**, em 03/06/2020, às 12:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 03/06/2020, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 03/06/2020, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1072020

Disponibilização: 03/06/2020

Publicação: 04/06/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO

Extrato de Atas de Registro de Preços

Espécie: Extrato da Ata de Registro de Preços 20 e 21/2020, decorrente do Pregão Eletrônico 14/2020/TRE-RO. Processo **SEI 0000420-79.2019.6.22.8000. ARP 20/2020**. Adjudicatária: **VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ: 21.997.155/0001-14**. Objeto: **I) Item 02 do Edital. TABLET 3. Processador Octa core 1.8, 1.6 GHz ou superior; 4. Sistema operacional Android; 5. Tela 10.1"; 6. Resolução Mínima 1920x1200 (WUXGA) 7. Memória RAM mínima de 2GB 8. Memória interna (ROM) 32GB Suporte ao Cartão de Memória MicroSD; 9. Rede/Bandas: 2G GSM, 3G UMTS, 4G FDD LTE; 10. Conectividade: ANT+, USB2.0, GPS, Glonass, Beidou, Galileo, Conector de fone de ouvido 3.5 (Padrão P2), Wi-fi 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80, Wifi Direct, Bluetooth v5.0(LE até 2 Mbps), Perfis de Bluetooth A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP, PC Sync Smart Switch (versão para PC); 11. Câmera traseira 8.0 MP com foco automático, resolução-gravação de vídeos FHD (1920x1080) @30fps. Câmera frontal 5.0 MP; 12. Bateria 6150 mAh; 13. Fone de ouvido 14. Carregador; 15. Cabo USB de conexão da interface de sincronismo com microcomputadores; 16. Obs: Referência Samsung Galaxy Tab A10.1 (4G) SM-T515NZSLZTO ou Superior. Garantia de 24(vinte e quatro) meses. On site. Marca: Samsung. Unid. Quant. 35. Valor Unit. R\$ 1.790,00. Valor total do fornecedor R\$ 62.650,00. ARP nº. 21/2020. Adjudicatária: **CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI. CNPJ: 22.416.068/0002-70**. Objetos: **I) Item 1 do Edital. IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS Método de impressão por transferência térmica ou térmica direta; Resolução de aproximadamente 203 ppp (pontos por polegada), equivalente a 8 pontos por milímetro; Velocidade de impressão no mínimo****



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6 polegadas (152 milímetros) por segundo; Suporte a tipos de mídia: gap, Black Mark, contínuo. Suporte a impressão de códigos de barras lineares: 1D : EAN-8, EAN-13, Code 39, Code 93, Code 128, I 2 of 5, ITF, Coda bar, UPC-A, UPC-E, IMB 2D : PDF417, QR code, Maxi code, Data Matrix. Processador de no mínimo 200 MHz, RISC de 32 bits com 4 MB de memória Flash, slot de expansão para cartão SD; Sensores de mídia transmissivos, reflexivos e de fim de bobina; Driver compatível com sistema operacional Windows 07 e versões mais recentes; Suporte a bobinas térmicas de cera, resina ou mistas; Interface de comunicação serial, paralela, USB; Fonte de alimentação AC: 100~240V / 50~60HZ, 1.5A Saída DC: 24V, 3.75^a. Marca: TSC. Unid. Quant. 30. Valor Unit. R\$ 2.190,00. Valor total do Item. R\$ **65.700,00.** II) Item 3 do Edital. IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS Método de impressão por transferência térmica ou térmica direta; Resolução de aproximadamente 203 ppp (pontos por polegada), equivalente a 8 pontos por milímetro; Velocidade de impressão no mínimo 6 polegadas (152 milímetros) por segundo; Suporte a tipos de mídia: gap, Black Mark, contínuo. Suporte a impressão de códigos de barras lineares: 1D : EAN-8, EAN-13, Code 39, Code 93, Code 128, I 2 of 5, ITF, Coda bar, UPC-A, UPC-E, IMB 2D : PDF417, QR code, Maxi code, Data Matrix. Processador de no mínimo 200 MHz, RISC de 32 bits com 4 MB de memória Flash, slot de expansão para cartão SD; Sensores de mídia transmissivos, reflexivos e de fim de bobina; Driver compatível com sistema operacional Windows 07 e versões mais recentes; suporte a bobinas térmicas de cera, resina ou mistas; Interface de comunicação serial, paralela, USB; Fonte de alimentação AC: 100~240V / 50~60HZ, 1.5A Saída DC: 24V, 3.75^a; Marca: TSC. Unid. Quant. 10. Valor Unit. R\$ 2.190,00. Valor total do Item, R\$ **21.900,00.** Valor total da ARP, R\$ **87.600,000.** Valor Total das ARP's: R\$ **150.250,00.** Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada em 28/05/2020, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pelos representantes das empresas, em datas variadas.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 03/06/2020, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 74 - PRES/DG/STI/CLOG/SEGPC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I -INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V e no § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, bem como o disposto no Decreto nº 7.892/2013 e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência com vistas à formação de Registro de Preços, por meio de pregão eletrônico, para eventual aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para suprir as necessidades deste Tribunal.

2 - OBJETO

Formação de registro de preço para aquisição eventual de **BENS PERMANENTES DIVERSOS DE INFORMÁTICA** para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme condições, exigências, especificações técnicas mínimas e quantidades discriminadas neste capítulo do termo de referência.

Tabela 1 - Descrições e e quantitativos dos bens		
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QTD
1	Projektor Multimídia	10
2	Impressora de etiquetas	40
3	Nobreak	90
4	Tablet	35

2.1 DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES:

1. PROJETO MULTIMÍDIA

1. Projektor multimídia com luminosidade mínima de 3.600 lumens para brilho de cor e para brilho de branco;
2. Resolução nativa de 1024x768 (XGA);
3. Sinal de vídeo digital superior a 720p;
4. Tempo mínimo de vida útil da lâmpada de até 10.000 horas em modo econômico;
5. Portas de conectividade, no mínimo: 1 HDMI, 1 USB, 1 vídeo composto RCA e modo *wireless*;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Fonte de energia com capacidade de funcionamento com voltagem de 100 a 240v AC, frequência de 50/60 Hz e com consumo de energia de 296 W (modo normal) e 211 W (modo econômico);
7. Deve vir com adaptador wireless integrado ou incluído, 802.11b, 802.11g e 802.11n. para projeção de conteúdo via wireless;
8. O projetor deve vir acompanhado minimamente de controle remoto, pilhas ou bateria compatível para o controle remoto, cabo de alimentação AC, cabo HDMI, maleta de transporte, CD ou DVD com documentação do projetor e módulo *wireless* LAN;

2. IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS

1. Método de impressão por transferência térmica ou térmica direta;
2. Resolução de aproximadamente 203 ppp (pontos por polegada), equivalente a 8 pontos por milímetro;
3. Velocidade de impressão no mínimo 6 polegadas (152 milímetros) por segundo;
4. Suporte a tipos de mídia: gap, Black Mark, contínuo.
5. Suporte a impressão de códigos de barras lineares:

1D : EAN-8, EAN-13, Code 39, Code 93, Code 128, I 2 of 5, ITF, Coda bar, UPC-A, UPC-E, IMB

2D : PDF417, QR code, Maxi code, Data Matrix.
6. Processador de no mínimo 200 MHz, RISC de 32 bits com 4 MB de memória Flash, slot de expansão para cartão SD;
7. Sensores de mídia transmissivos, reflexivos e de fim de bobina;
8. Driver compatível com sistema operacional Windows 07 e versões mais recentes;
9. Suporte a bobinas térmicas de cera, resina ou mistas;
10. Interface de comunicação serial, paralela, USB;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Fonte de alimentação AC: 100~240V / 50~60HZ, 1.5A Saída DC: 24V, 3.75^a
12. Marca/Modelo de referência Bixolon T400 Similar ou superior. Com garantia de 36 meses.

3. NOBREAKS BIVOLT POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,4KVA.

1. Tensão nominal de entrada (v): bivolt automático (115v/127v/220v).
2. Potência mínima de 1400va;
3. Cabo de entrada no padrão NBR14136;
4. Tensão de saída 110V;
5. Frequência de 60Hz;
6. Frequência igual ou superior que 85% no modo inversor;
7. Fator de potência mínimo de 0,6;
8. Banco de baterias interna tipo selada;
9. Poder ser ligado na ausência ou desconectado da rede elétrica;
10. Mínimo 4 tomadas de saída padrão NBR14136;
11. Indicadores luminosos (LED);
12. Garantia mínima de 24 meses para o nobreak e mínimo 12 meses para as baterias;
13. Tensão de saída senoidal por aproximação;
14. Autonomia mínima de 15 a meia carga;
15. Possuir estabilizador interno com no mínimo 4 estágios de regulação;
16. Possuir filtro de linha interno; micro processado com tecnologia RISC/FLASH;
17. Ao ligar executar Auto Teste em seus circuitos internos, inclusive baterias;
18. Permitir a recarga das baterias com níveis muito baixos de carga, inclusive, com nobreak desligado;
19. Possuir conector do tipo engate rápido para expansão de autonomia;
20. Possuir inversor sincronizado com a rede (sistema PLL);
21. Leds que indicam as condições do nobreak: modo rede, modo inversor de bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, baterias em carga etc;
22. Proteção contra sub/sobretensão, curto-circuito, no inversor, sobreaquecimento no inversor e transformador e descarga total das baterias.

4. TABLET

1. Processador Octa core de até 2.4 GHz



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Android 8.0 ou superior;
3. Tela 10" ou superior;
4. Sensor biométrico;
5. Resolução Mínima 2048x1536
6. Memória RAM mínima de 4GB
7. Memória interna (ROM) superior a 32GB
8. Função telefone: SIM
9. Conectividade: 2G GSM, 3G UMTS, 4G FDD LTE, 4G TDD LTE;
10. Câmera traseira 13.0 MP com foco automático, flash, resolução-gravação de vídeos UHD 4k (3840x2160) @30fps. Câmera frontal 8.0 MP;
11. Bateria 7040 mAh;
12. Conexão Bluetooth 5.0 ou superior;
13. Fone de ouvido
14. Carregador;
15. Cabo USB de conexão da interface de sincronismo com microcomputadores;
16. Obs: Referência Samsung Galaxy Tab S5e SM-T725LZSMZTO ou superior

2.2 GARANTIA TÉCNICA:

I - período de garantia:

- a) **Para os itens 1, 2 e 4:** Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses para a garantia e a assistência técnica do equipamento, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, sem prejuízo garantia adicional oferecida pelo fabricante;
- b) **Para o item 3:** Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses para o NO BREAK e, no mínimo, 12 (doze) meses para as BATERIAS;
- c) A contratada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra eventuais defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos, como também para a solução de problemas de funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material.

2.3 FORMA DE ATENDIMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- a) A contratada deverá manter Central de Atendimento (telefônico com serviço gratuito (0800) ou, no máximo, com custo de ligação local em Porto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Velho ou, ainda, no site da Internet) para abertura dos chamados de garantia, em dias úteis (segunda a sexta-feira) em horário comercial (08:00 às 18:00 horas);

b) A contratada deverá fornecer o número de protocolo dos chamados iniciados pelo contratante;

c) Os serviços de reparos e assistência técnica serão executados nas dependências do TRE-RO em Porto Velho/RO, pelo sistema *on-site*, em horário comercial (08:00 às 18:00 horas), de segunda a sexta-feira, devendo ser iniciados até o próximo dia útil posterior ao da abertura do chamado pelo contratante;

d) Os serviços deverão ser prestados por profissionais habilitados e especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias com prazo máximo para solução de problemas de 7 (sete) dias corridos, contados da abertura do chamado, incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos, sem ônus adicional ao TRE-RO;

e) Caso a Contratada não forneça atendimento *on-site* nas dependências do TRE-RO em Porto Velho/RO, deverá assumir todos os custos do traslado para reparo ou substituição do equipamento defeituoso.

3. JUSTIFICATIVA

I - Além de estar alinhada às diretrizes estratégicas, conforme **Plano de Contratações de Soluções de TIC 2019, item 7 (evento [0370091](#))**, a presente solicitação tem também como motivação a necessidade de renovação e complementação do parque de equipamentos de informática do TRE-RO e zonas eleitorais, fornecendo dispositivos novos e de boa qualidade, além de fornecer suporte e garantia do fabricante ou do fornecedor.

II - Com exceção do projetor multimídia, todos os outros equipamentos pleiteados objetivam substituir aqueles em uso na secretaria do TRE-RO que porventura vierem a apresentar defeito e que não estão mais cobertos por garantia, situação que causaria transtornos aos usuários, uma vez que a Seção de Suporte Especializado dispõe atualmente poucas - ou nenhuma - unidades para reposição.

III - Quanto aos projetores, a STI do TRE-RO pretende fornecer 1 (um) equipamento para cada um dos fóruns eleitorais solicitantes. Para tanto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deve-se reforçar o quantitativo atualmente em estoque e, ainda, manter um quantitativo mínimo de reserva.

IV - No tocante aos tablets, será enviado uma unidade para cada Zona Eleitoral e acréscimo do acervo de reserva para substituições ou necessidades eventuais.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A presente solicitação foi elaborada com base nos princípios do planejamento, da objetividade, da eficiência e da qualidade, conforme demonstrado a seguir.

Princípio da objetividade: Este documento dá ciência a alta administração do TRE-RO no sentido de que conheça as necessidades reportadas a esta Secretaria e caso autorizado, possibilite a imediata aquisição dos equipamentos solicitados.

Princípio da eficiência: Em função de ações estabelecidas para serem cumpridas ainda em 2019 e principalmente, a falta de recursos orçamentários disponíveis, torna-se mais eficiente a aquisição dos equipamentos eletrônicos através de registro de preço.

A proposta aqui apresentada contribui para o alcance dos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PETIC 2015-2020 da STI, a saber:

Planejamento Estratégico do TRE:

Tema: Celeridade e Produtividade na prestação jurisdicional

Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e comunicação (PCTIC):

- Prover infraestrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas;

Plano de Contratações de Soluções de TIC 2019, item 7 (evento [0370091](#)): a aquisição pleiteada neste documento encontra-se prevista no referido Plano, autorizado pela Diretoria Geral e Presidência deste TRE-RO. O Plano de Contratações reúne as características de um plano tático-operacional, na medida em que representa um desdobramento do Plano Estratégico em ações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dentro do exercício financeiro, sejam elas para apoiar o alcance dos atuais objetivos estratégicos da Instituição, ou mesmo para manter padrões já atingidos, decorrentes dos planos estratégicos anteriores.

A presente demanda, resulta diretamente da necessidade de manutenção de uma condição padrão atingida e é consentânea com os objetivos do PETIC 2015-2020, de:

- *Prestar serviços de TIC em consonância com os requisitos do cliente.*
- *Promover a segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos.*

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

I - De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

II - No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

III - Na mesma linha, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

IV - Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

IV - Em sede local, a Lei Estadual n. 2.962/2013 e municipal n. 2.138/2014 institui normas e procedimentos para coleta, armazenagem e destinação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

final de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos considerados como lixo tecnológico, no âmbito, respectivamente, do Estado de Rondônia e do município de Porto Velho.

VI - Em razão das inúmeras **normas de sustentabilidade ambiental de exigência obrigatória em função de expresso texto legal**, aplicáveis aos bens objeto deste termo de referência, exige-se:

a) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (Art. 5º, IV, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010);

b) Os equipamentos (**1, 2 e 3 - respectivamente: Projetor, Impressora e Nobreak**) devem possuir Certificado Energy Star ou certificação similar emitida por entidade ou laboratório reconhecido obrigatoriamente pelo INMETRO, comprovando que os equipamentos ofertados apresentam consumo eficiente de energia elétrica, exigência em conformidade com a alínea "b" do inciso I, do Art. 17, da Resolução TSE n. 23.474/2016;

b1) O atendimento desse requisito será analisado pelo titular da Seção de Suporte Especializado, em apoio ao Pregoeiro, que se pronunciará de forma conclusiva.

c) Comprovante de registro do fabricante do equipamento ofertado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais do IBAMA, na forma definida neste TR;

d) Em cumprimento ao art. 33, VI, da Lei 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto 7.404/2010 e, ainda a determinação contida no artigo 17, inciso IV, da Resolução n. 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a contratada deverá realizar, SEM QUALQUER ÔNUS AO CONTRATANTE, a **logística reversa dos equipamentos cotados** e destinar o material de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, especialmente observando o procedimento e obrigações instituídos pela Lei do Estado de Rondônia n. 2.962/2013 e pela Lei do Município de Porto Velho n. 2.138/2014 que se dará na forma definida neste TR.

d1) Na execução dos serviços de logística reversa, serão exigidos documentos comprobatórios dos procedimentos de reciclagem e/ou destruição, nos termos da legislação vigente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d2) A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade da licitante e da futura contratada, por elas respondendo civil e criminalmente, conforme legislação vigente;

d3) Os equipamentos deverão ser coletados pela contratada na Seção de Suporte Especializado, localizada no edifício sede do TRE-RO, na Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, Porto Velho/RO - CEP 76.805-901, mediante recibo de recolhimento expedido por essa unidade, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação formal do TRE-RO, com respectivo registro no processo de contratação;

d4) As coletas serão realizadas, uma vez no ano, preferencialmente entre os meses de janeiro e março, sempre que houver equipamentos nessa condição, contados do recebimento definitivo dos equipamentos. A quantidade de equipamentos eletrônicos a ser recolhida não será superior à fornecida pela contratada;

d5) Todos os custos com transporte, coleta e infraestrutura de atuação logística para a plena execução da política reversa são de responsabilidade da contratada e devem estar incluídos no preço cotado em sua proposta;

d6) O descumprimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência.

6. PREÇO ESTIMADO E DO CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO

O valor da aquisição foi estimado em **R\$ 335.423,80 (Trezentos e trinta e cinco mil quatrocentos e vinte três reais e oitenta centavos)**. Este preço é resultado do **valor médio** oriundo da pesquisa no Banco de Preços juntado a este processo, sintetizada no quadro seguinte.

Tabela 2 - Demonstração do preço estimado						
Item	Descrição	Fonte: Banco de Preços	Qtd	Valor	Vl. Médio	Total (Vl. Médio)
01	Projetores multimídia	Comando do Exército - 53 Batalhão ao de Infantaria de Selva	10	R\$ 3.200,00	R\$ 3.583,33 (0437309)	R\$ 35.833,30
		Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Saúde		R\$ 3.700,		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				00		
		Governo do Estado de São Paulo - Secr. Desenv. Econômico		R\$ 3.850,00		
02	Impressora cód. Barras e Etiqueta	MINISTÉRIO DA DEFESA - Comando do Exército - Comando Militar do Sul - 5ª Divisão de Exército - 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada	40	R\$ 1.300,00	R\$ 1.344,66	R\$ 53.786,40
		Fundação de Apoio da Universidade Federal do RGS		R\$ 1.474,00	(0437311)	
		Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Saúde		R\$ 1.260,00		
03	Nobreak	MINISTÉRIO DA DEFESA - Comando do Exército - Comando Militar do Planalto - 2º Batalhão Ferroviário	90	R\$ 1.949,93	R\$ 1.461,64	R\$ 131.547,60
		MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro		R\$ 1.400,00	(0437312)	
		COMANDO DO EXERCITO - 22º Batalhão de Infantaria		R\$ 1.035,00		
04	Tablet	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Fundação Universidade Federal do ABC	35	R\$ 3.523,89	R\$ 3.264,50	R\$ 114.257,50
		Governo do Estado da Paraíba - Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB		R\$ 3.300,00	(0437314)	
		MINISTÉRIO DA DEFESA - Comando da Marinha - Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia		R\$ 2.969,60		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Total Geral	R\$ 335.423,8 0
--------------------	--------------------------------

6.1 CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO

Os bens permanentes serão adquiridos conforme a necessidade efetiva deste órgão. As quantidades de cada item são estimadas e não obriga a Administração a sua contratação total durante a validade a Ata de Registro de Preços, podendo o TRE-RO realizar a contratação dos quantitativos necessários, observado o quantitativo mínimo por item, na forma do cronograma abaixo:

Tabela 3 - Cronograma de aquisição			
Item	QTDDE TOTAL	2º SEM 2019	1º SEM 2020
1	10	5	5
2	40	20	20
3	90	60	30
4	35	10	-

6.2 ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

I - A despesa decorrente do presente Termo de Referência foi programada/contemplada parcialmente no Orçamento Anual do exercício de 2019, conforme dados do SIGEPRO, reproduzido no quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa adiante:

Tabela 4 - FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Orçamento Ordinário 2019
AGREGADOR	Manutenção Geral Reaparelhamento
DESPESA AGREGADA	Equipamentos de informática
PLANO INTERNO	AREA INFORM
VALOR ESTIMADO	R\$ 335.423,80

II - A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar a liberação do orçamento da União



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

7. FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

I - Inicialmente, registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

II - É conveniente à Administração que a aquisição dos equipamentos de-se por meio de registro de preço porque, conforme registrado na Estratégia para Contratação (edoc n. [0437295](#)) o registro de preços possibilitará que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada dentro do período de vigência da ARP, garantindo melhor planejamento por parte da STI no atendimento das demandas registradas nas justificativas deste TR. Até porque seria difícil prever com precisão o quantitativo de equipamentos necessários à reposição daqueles danificados (não se pode prever exatamente quais e quantos deverão ser substituídos).

III - Essa estratégia do SRP garante, ainda que na falta de orçamento, as aquisições restantes sejam realizadas com orçamento do exercício financeiro de 2020.

IV - Dadas as circunstâncias, entendemos pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º, II, do Decreto n. 7.892/2013.

7.2. REGISTRO DE “IRP”:

I - Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Suporte Especializado, manifesta-se favorável ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) porque **inúmeros órgãos da Administração Pública utilizam os equipamentos demandados neste TR** e podem manifestar interesse em participar diretamente do certame. Além disso, essa medida poderá **contribuir no preço final contratado em razão da economia em escala.**

II - No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços - **no novo prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Decreto n. 9.488/2018 - deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

- a) quantitativo total para os itens do Lote único;
- b) cronograma de aquisição;
- c) endereço completo do local de entrega;
- d) responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

III - Com relação aos quantitativos, considerando a busca pela economia de escala, **será indeferida, de plano as solicitações de adesão cujo quantitativo mínimo seja inferior a 50% do estipulado neste TR.**

7.3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das **especificações dos equipamentos**, bastantes usuais em inúmeros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

VI - Para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal

8 – CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por item, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste Termo de Referência.

8.2 APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:

I - ITENS 01 (projetores multimídia) e 2 (impressoras código de barras e etiquetas) - Ambos os itens possuem valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais): Devem ser destinados exclusivamente à participação das ME/EPP'S, na forma prevista no art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015.

II -ITENS 03 (nobreaks) e 4 (tabletes): Ambos os itens possuem valor superior a esse patamar. Contudo, dada a sua natureza de bem divisível e não se vislumbrando prejuízo à competitividade do certame, devem ser destinados exclusivamente à participação das ME/EPP'S, de acordo com as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regras do art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, nos seguintes percentuais:

- a) Item 03 - nobreaks - 20% (vinte por cento) = 18 unidades;
- b) Item 04 - tablets - 20% (vinte por cento) = 7 unidades.

8.3 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA REGULAMENTADO PELO DECRETO N. 7.174, DE 12/5/2010 E DECRETO N. 8.184 DE 17/1/2014: No quadro adiante estão informados o enquadramento dos bens objeto deste TR em relação aos dois decretos que tratam da preferência aos fornecedores de bens e serviços de informática:

Tabela 5 - Enquadramento dos bens

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QTD	Decreto 7.174/2010	Decreto 8.184/2014
1	Projektor Multimídia	10	Não se enquadra	Não se enquadra
2	Impressora de etiquetas	40	Bens de informática	IMPRESSORAS: De transferência térmica de cera sólida
3	Nobreak	90	Não se enquadra	Não se enquadra
4	Tablet	35	Bens de informática	Máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, com peso não superior a 10 kg, contenham pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela

8.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos diretos e indiretos, tais como transporte e frete, garantia e assistência técnica no período da garantia, abrangendo, se for o caso, custos com mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, enfim, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos equipamentos ofertados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá enviar ao Pregoeiro, **sob pena de não-aceitação da proposta**, o comprovante de registro do fabricante do equipamento **Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais**, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido. Isso porque a atividade de fabricação ou industrialização eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática é enquadrada no **Códigos 5-4 do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013**, que regulamenta o referido cadastro instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981;

a) É facultado ao pregoeiro verificar o atendimento às certificações acima por meio de consulta aos sítios eletrônicos das entidades reguladoras.

III - A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar será exigido que envie ao Pregoeiro uma **declaração assinada**, conforme modelo contido no **ANEXO I**, contendo a forma de **implementação da logística reversa**;

IV - Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste TR;

III - O preço estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

IV - Será declarado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências do edital, ofertar o menor preço global para os itens do certame.

8.5 HABILITAÇÃO:

8.5.1 Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados do de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

8.5.2 Habilitação fiscal e trabalhista: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

8.5.3 Qualificação econômica-financeira: A licitante deverá apresentar **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

8.4.4 Habilitação técnica: A exigência se encontra no campo da discricionariedade da Administração, que a exerce em face do binômio necessidade/utilidade, motivo pelo qual entendeu não aplicável a exigência da apresentação de atestado técnico operacional das licitantes em razão do objeto do certame, todos bens de pronta entrega, embora com obrigações futuras. Além disso, a dispensa do atestado encontra amparo na norma expressa do § 1º do art. 32 da Lei n. 8.666/93. Veja-se:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão. (negritou-se e grifou-se).

9 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

c) Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do ata para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

10 - DO CONTRATO

10.1 REGRAS GERAIS:

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “*caput*” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

10.2 OBRIGAÇÕES DAS PARTES:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2.1. São obrigações da Administração contratante:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste TR, no edital e no instrumentos de contrato;

II - Orientar a contratada acerca do fornecimento e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes;

III - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada para a fiel execução do avençado;

IV - Receber pela Seção de Suporte Especializado os equipamentos acompanhados da Nota Fiscal, de forma provisória, em **até 5 (cinco) dias úteis** após a entrega, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório. O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação;

a) O recebimento provisório consistirá de inspeção visual do equipamento, verificação do quantitativo e do valor da nota. As especificações também serão avaliadas por meio de documentação técnica que acompanham o equipamento, informações fornecidas pela Contratada e disponível no site do fabricante.

V - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela fiscal do contrato - do qual deverá explicitar a razão da recusa do equipamento - os materiais entregues em que se tenha constatado:

a) Equipamentos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

b) Equipamentos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores ao solicitado neste Termo de Referência;

c) Equipamentos que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

d) Outras situações que justifiquem a recusa.

VI - Notificar a contratada, na ocorrência da situação prevista no inciso anterior, para, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados da notificação, reparar, corrigir, ou substituir às suas expensas, os equipamentos em desacordo com as especificações exigidas;

a) Em caso de vícios insanáveis no equipamento, a contratante solicitará a troca do equipamento. Obedecendo ao fator de três ocorrências de defeitos, iguais ou não, no período de 1 (um) ano, para um mesmo equipamento, a contratada substituirá o equipamento com vício por outro de características



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

técnicas iguais ou superiores às previstas neste termo de referência, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**.

VII - Receber os equipamentos, em caráter definitivo, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento provisório, mediante emissão de termo de recebimento definitivo e certificar a nota fiscal dos produto;

a) O recebimento definitivo somente ocorrerá após comprovação do perfeito funcionamento dos equipamentos e adequações às especificações técnicas, e em testes funcionais de configuração e desempenho, em, no mínimo, 10%(dez por cento) dos equipamentos/materiais recebidos pela Seção de Suporte Especializado;

VIII - Acompanhar e fiscalizar - por seus agentes - os aspectos quantitativo e qualitativo, os quais anotarão em registro próprio as falhas detectadas e comunicarão à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

IX - Pagar o preço acordado, em uma parcela única, através de ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de apresentação da nota fiscal/fatura devidamente certificada pela Gestão do contrato;

a) Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar regular perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça Trabalhista;

b) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

365

365.

10.2.2 São obrigações da contratada:

I - Cumprir as obrigações contratuais e ainda, as disposições estabelecidas no edital, neste termo de referência e em sua proposta, as quais integrarão o futuro contrato independentemente de transcrição;

II - Entregar os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dia, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, observando as seguintes regras:

a) Os equipamentos deverão ser entregues no Depósito de equipamentos da STI, na Av. Presidente Dutra, 1889 Anexo II – Areal, Porto Velho/RO - CEP: 76.805-901;

b) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Gestão do Parque Computacional;

III - Substituir à suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do Termo de Recusa, os equipamentos recusados;

IV - Recolher, mediante agendamento, as suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição;

a) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, o contratante se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

b) Na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica o TRE-RO no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação devidamente justificada do prazo inicial, dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

a) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

VII - Prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra eventuais defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos, como também para a solução de problemas de funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material;

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;

IX - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização pela contratante e prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

X - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder sua fiscalização ou acompanhamento;

XII - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual;

XIII - Manter-se, durante a execução do Contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2 SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações do contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega, correção de vícios ou substituição dos equipamentos recusados:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues, impróprios ou não substituídos;
- b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Atraso na manutenção ou substituição de equipamentos durante o período de garantia:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens a serem mantidos ou substituídos;
- b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

11.3 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções prevista neste TR, nos seguintes termos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contato, no caso de recusa em cumprir acréscimos ao contato que sejam considerados obrigatórios na forma prevista em lei;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;

b4) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de não emissão de documento, imprescindível ao pagamento;

b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, caso negue-se a fornecer a integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

11.5 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.6 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

11.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

11.8 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.9 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02);

11.10 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

11.11 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.12 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - A Gestão do contrato será exercida pelo titular da titular da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas (COSUPUE) do TRE-RO, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas no art. 28 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

II - A Fiscalização do contrato será exercida pelo titular da Seção de Suporte Especializado (SESUE) do TRE-RO, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas no art. 27 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

III - Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste termo de referência serão esclarecidas pelo Chefe da Seção de Suporte Especializado ou por quem suas vezes fizer, na Av. Presidente Dutra n. 1.889 Anexo II, Bairro Areal, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.805-901 ou através dos telefones (69) 3211-2042 e (69) 3211-2078, ou ainda pelos e-mails segpc@tre-ro.jus.br e sesup@tre-ro.jus.br.

14. DOS ANEXOS

São anexos deste termo de referência:

1. Anexo I: Declaração padrão - logística reversa; ([0437897](#));
2. Cotação de Preços Projetores - ([0437309](#));
3. Cotação de Preços Impressoras de Etiquetas ([0437311](#))
4. Cotação de preços NOBREAK ([0437312](#));
5. Cotação de Preços Tablet ([0437314](#))



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em 23 de julho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assistente de Gabinete**, em 16/08/2019, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PLÍNIO MARTINS DE OLIVEIRA, Coordenador(a)**, em 16/08/2019, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR PEREIRA DA SILVA, Assistente Administrativo de Seção**, em 19/08/2019, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000420-79.2019.6.22.8000

INTERESSADO: **SEGOVTIC**

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 14/2020 –** Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de bens permanentes de informática (impressoras de etiquetas e tablets), para suprir as demandas da Justiça Eleitoral de Rondônia.

PARECER JURÍDICO Nº 94 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC**, com o objetivo de eventual contratação de equipamentos de microinformática (**Item 1 - impressora de etiquetas e Item 2 - tablet**), a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, consoante o Termo de Abertura [0385461](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico ([0525682](#)), o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 74/2020 – PRES/DG/AJDG ([0528384](#)).

03. Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2020 ([0528797](#)) em 30/4/2020, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0529649](#)).

04. Foi apresentado 1 (um) pedido de esclarecimento, devidamente respondido e que não alterou as cláusulas do Edital ([0533102](#)). Não houve impugnação.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a) relatório de propostas - Comprasnet ([0535436](#));
- b) relatório de propostas item 2 após desempate ([0535440](#));
- c) proposta inicial da empresa LENISE ARRABAÇA BARBOSA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ([0535448](#));
- d) proposta inicial da empresa VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA –EPP ([0535449](#));
- e) manifestação desfavorável da unidade técnica sobre a proposta apresentada pela empresa LENISE ARRABAÇA BARBOSA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para os itens 1 e 3 e favorável sobre a proposta da empresa VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, para o item 3 ([0535613](#));
- f) manifestação da unidade demandante sobre a aceitabilidade das propostas apresentadas ([0535781](#) e [0536151](#));
- g) documentos de habilitação da empresa VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA –EPP, CNPJ n. 21.997.155/0001-14 ([0537876](#)); e
- h) documentos de habilitação da empresa CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI, CNPJ n. 22.416.068/0002-70 ([0537878](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos o Resultado de Licitação ([0537887](#)), a Ata do certame ([0537880](#)), Resultado por Fornecedor ([0537883](#)), Termo de Adjudicação ([0537884](#)), e publicação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do resultado da Licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0538658](#)).

07. Por fim, em seu relatório ([0537890](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0537909](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2020.

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado decreto.

09. Na publicação do aviso ([0529649](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

10. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

I – Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Houve 1 (um) pedido de esclarecimento que não alterou as cláusulas do instrumento convocatório supracitado.

II - Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

III – Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0535436](#)) e na ata do certame ([0537880](#)).

IV – Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item 5.3 do Relatório 29/2020, elaborado pelo Pregoeiro ([0537890](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

V - Item deserto: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI – Fase de Habilitação: O Pregoeiro habilitou, para o **item 02**, a licitante VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ 21.997.155/0001-14 ([0537876](#)) e para os **itens 2 e 3**, a licitante CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI, CNPJ 22.416.068/0002-70 ([0537878](#)).

VII – Recursos: Não houve.

11. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

12. Cabe registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0537880](#)).

13. Evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto para produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

14. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0537884](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 25/05/2020, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000420-79.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEGOVTIC.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Aquisição de bens permanentes de informática (impressoras de etiquetas e tablets), para suprir as demandas da Justiça Eleitoral de Rondônia. Homologação de Pregão Eletrônico n. 14/2020.

DESPACHO Nº 740 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC**, com o objetivo de eventual **contratação de equipamentos de microinformática (Item 1 - impressora de etiquetas [ampla concorrência]; Item 2 - tablet; e Item 3 - impressora de etiquetas [Cota reservada ME/EPP])**, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, consoante o Termo de Abertura [0385461](#).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico nº 14/2020 ([0528797](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0537880](#)); o Resultado por Fornecedor ([0537883](#)); Relatório nº 29/2020 ([0537890](#)); Resultado de Licitação ([0537887](#)) e o comprovante de publicação do resultado ([0537903](#)).

Houve 1 (um) pedido de esclarecimento, devidamente respondido e que não alterou as cláusulas do Edital ([0533102](#)). Não houve impugnação ou recurso.

Cumprida a fase de julgamento, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 21.997.155/0001-14 - VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, item 02, valor R\$ 62.650,00 (sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta reais) e 22.416.068/0002-70 - CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI, itens 01 e 03, valor R\$ 87.600,00 (oitenta e sete mil e seiscentos reais). Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 150.250,00 (cento e cinquenta mil duzentos e cinquenta reais).

Mediante o Parecer Jurídico nº 94/2020 ([0539391](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0537884](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0537880](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 14/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0537884](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/05/2020, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.